

ANC ANC X

Empresários decidem lutar por 24 emendas

BRASÍLIA — A União Brasileira de Empresários (UB), em ato solene na sede da CNI (Confederação Nacional da Indústria), convocou comerciantes, industriais, banqueiros e proprietários rurais a se engajarem na defesa dos interesses da iniciativa privada na Constituinte. A entidade selecionou 24 emendas supressivas, que, segundo o presidente da Fierj (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), Arthur João Donato, devem ser defendidas junto a cada constituinte, "como se fosse uma luta pela sobrevivência, na qual não há possibilidade de rendição".

A platéia de 200 empresários reunia representantes dos principais setores da economia, como o presidente do grupo Votorantim — o maior investidor privado do país, Antônio Ermírio de Moraes —, o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Roberto Bornhausen, e o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato.

Liberdade econômica — As críticas se concentraram no capítulo dos direitos sociais e nos dispositivos que discriminam a participação de capitais nacionais e estrangeiros em setores da economia. Donato disse que esses dispositivos do projeto da Constituição

"conspiram contra a liberdade econômica, considerada inseparável da liberdade política e administrativa que se pretende para o país".

Cada empresário presente recebeu da UB um caderno com o texto das 24 emendas, acompanhado de uma lista das principais lideranças da Constituinte e um levantamento dos votos que os parlamentares deram no primeiro turno para questões de interesse do setor. "Este é um documento valioso para o trabalho que devemos fazer junto aos constituintes", salientou o presidente da Fierj, incitando os presentes a procurarem os parlamentares de seu ciclo de relacionamento. "Nós não devemos nos aterrorizar com a notícia de que não haverá quorum para as votações. Jamais devemos perder a esperança de que este esforço há de ser vitorioso", disse Donato.

O presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, do setor siderúrgico, sucedeu Donato na tribuna e desafiou o auditório a refletir sobre a ameaça "de perdermos o bonde da história". O empresário admitiu que há "alguns avanços" no texto da aprovado no primeiro turno, mas lamentou que sejam anulados por algumas "opções

pele atraso", com dispositivos que consagram "verdadeiros arcaísmos, como o paternalismo e o intervencionismo estatal na vida do cidadão".

Seis horas — Gerdau condenou com veemência a limitação das seis horas de trabalho no sistema de turnos ininterruptos de revezamento — que segundo afirmou afeta drasticamente o setor siderúrgico —, o direito amplo e irrestrito de greve, o tabelamento de juros e a anistia de correção monetária sobre financiamentos concedidos a pequenos empresários e produtores rurais. "A lei é feita para fazer justiça e não privilégios", disse o empresário, provocando aplausos na platéia.

A crítica à anistia financeira foi retomada logo a seguir pelo presidente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, que acusou a Constituinte de "oficializar o calote". O tema só não foi lembrado pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, que limitou suas críticas ao direito de greve e ao parecer favorável que o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deu à emenda que inclui a propriedade produtiva na reforma agrária.

As regras do segundo turno

□ O deputado Ulysses Guimarães quer acabar a votação em segundo turno do projeto da nova Constituição em dez ou quinze dias, a serem contados a partir da próxima segunda-feira. As votações serão feitas das 14h30 às 22h de segunda a quinta-feira. Os outros dias serão livres. Os líderes se reunirão todas as manhãs com Ulysses para tentarem acordos sobre os pontos mais polêmicos. Os líderes concordaram em que a primeira votação, em bloco, será do projeto redigido pelo relator Bernardo Cabral. Depois, o plenário vota as emendas destacadas. Cada constituinte poderá destacar, a partir de hoje, quatro emendas. A votação será por ordem crescente dos artigos, obedecendo-se aos seguintes critérios:



Destakes — Em primeiro lugar, o plenário votará as emendas supressivas que tentam eliminar todo um dispositivo do texto. Se aprovada, as outras referentes ao mesmo assunto serão prejudicadas. Se não, os constituintes votam as emendas supressivas de acordo com sua abrangência. Quem quiser retirar fatias maiores do dispositivo, tem preferência. Por último, votam-se as emendas que corrijam omissões, contradições ou erros de texto.



Voto simbólico — Quebrando as rígidas regras regimentais, os líderes aceitaram a votação simbólica, quando não se utiliza o processo eletrônico, para as emendas de omissão, correção ou contradição. O processo também será usado para as emendas que visem alterar "inovações" de autoria do relator. Cabral promoveu algumas modificações no texto que estão suscitando discordâncias entre os constituintes. Nos dois

casos, ficou garantida a solicitação da votação eletrônica por quem se sentir prejudicado com o resultado.



Blocos — Mais uma inovação dos líderes: emendas que tenham recebido parecer favorável do relator e que sejam de consenso poderão ser votadas em bloco. As emendas poderão tratar de assuntos diferentes. A votação não precisa seguir também a ordem crescente dos artigos. Assim, a partir de um acordo, o plenário pode aprovar modificações, por exemplo, no artigo 5º, 89º e 110º.



Fusões — Os líderes quebraram novamente o regimento, permitindo fusões de emendas. Os autores de emendas sobre um mesmo dispositivo poderão se reunir e chegar a um único texto. Esse mecanismo foi a principal causa da votação no primeiro turno.

Ulysses recebe pedidos

Brasília — José Varella

O grande pacto é a Constituição e não os acordos que estão brotando entre empregados e empregadores. A tese foi defendida ontem pelo coordenador da União Brasileira de Empresários (UB), Antônio Oliveira Santos, junto ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Depois de entregar a Ulysses um documento em que relaciona as 24 reivindicações do empresariado no segundo turno de votação da nova Carta, o presidente da UB, acompanhado por uma dezena de empresários, revelou que o que está em jogo na Constituinte é muito mais importante do que os acordos e que ela tem que ser adequada porque vai definir as relações de trabalho.



Ulysses: sem compromisso

de livre iniciativa nela inseridos", salienta o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio, João Donato. Só o turno de seis horas é o suficiente, a seu ver, para desestruturar o processo produtivo e gerar custos adicionais da ordem de 25%.

Aos trabalhadores rurais, Ulysses fez questão de dizer que a Constituinte tem se esforçado muito no sentido de dar uma direção progressista ao texto. "As críticas maiores são no sentido dos avanços, pelos setores retrógrados e conservadores, e isto não vai nos intimidar", garantiu. E sugeriu que procurassem os parlamentares mais ligados para pedir destaques às emendas que considerarem mais importantes, e favorecer sua aprovação no segundo turno. Aos empresários, disse que torcia para que suas sugestões fossem discutidas dentro da perspectiva do entendimento, inclusive aproveitando a possibilidade de junções de emendas.

Ulysses respeitou aos empresários a mesma frase que dissera 20 minutos antes aos trabalhadores rurais — cerca de 100 — que encontrou no salão verde sob a liderança do presidente da Confederação Nacional da Agricultura, José Francisco: "Recebo o documento, mas aconselho vocês a procurarem as lideranças partidárias e entregarem suas contribuições". Aos trabalhadores, disse ainda: "Não sou o dono da Constituinte. Apenas coordeno os trabalhos".

Entendimento — O documento da Contag sugere a supressão do inciso que não permite a desapropriação da terra produtiva e do dispositivo que discrimina os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, remetendo para lei complementar os direitos dos trabalhadores rurais, quando a própria constituinte dá garantias aos trabalhadores urbanos.

Os empresários listaram três supressões que consideram imprescindíveis: o amplo direito de greve, o turno de seis horas na jornada ininterrupta de trabalho e o tabelamento de juros bancários em 12%. "Basicamente queremos ajustar a Constituição aos princí-

CUT mobiliza sindicatos

O presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse que não irá negociar a supressão de nenhum direito social aprovado no primeiro turno da Constituinte e marcou para amanhã em São Paulo uma reunião de todos os sindicatos filiados à entidade, quando será decidida a estratégia da mobilização que será feita na próxima segunda-feira.

A entidade não levará trabalhadores a Brasília: a manifestação deve se concentrar nas bases eleitorais. Todas as entidades sindicais já receberam um telex com a relação dos direitos que foram objeto de emendas supressivas e o nome dos autores das mesmas. O slogan da manifestação é "Querem suprimir os nossos direitos, vamos suprimir-lhes um próximo mandato".

Para Meneguelli, o que foi aprovado em termos de direitos dos trabalhadores é o mínimo e não se pode pensar em suprimir. "A fase de negociação já passou, não há o que negociar, o negócio é mobilizar para evitar qualquer supressão no texto do primeiro turno", afirmou.

Na próxima semana, apenas os dirigentes sindicais deverão vir a Brasília e a pressão será feita sobre os líderes de todos os partidos. Simultaneamente as bases eleitorais estarão se manifestando em seus estados. "Aqui no Congresso os constituintes esquecem que foram eleitos pelo povo. Nós vamos nos manifestar aonde eles pedem seus votos, a pressão nas bases deverá ter um efeito maior", concluiu o presidente da CUT.